

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

PAN-AMAZÔNIA, OS DESAFIOS DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE: O PAPEL DA OTCA

*Anne Gabriella Salgado Mota¹

INTRODUÇÃO

A construção da era da ‘globalização’ incutiu ao mundo, mudanças estruturais no modo de articular as Relações Internacionais. Nele, é prioridade a lógica de mercado multilateral, que provoca como reação, entre outros pontos, o fortalecimento dos interesses regionais, organizados via OI’s ou via blocos econômicos

O Relatório da ONU, ‘Nosso Futuro Comum’, divulgado em 1987 se consagra como referência geopolítica permanente no trato da questão ambiental, e a partir dele, a temática é mundializada e incorporada na agenda internacional. Sob o contexto de uma agenda internacional que discute sobre a manutenção da vida no planeta- desde a assinatura da Convenção Marco Sobre Mudanças Climáticas, durante a ECO-92, e depois com a firma do Protocolo de Kyoto, em 1997- para a Amazônia Continental, o momento político é de convergência de pressões Internacionais sobre os Estados Soberanos para controle e preservação dos recursos naturais desta sub-região que corresponde a cerca de 40% da América do Sul, e que desempenha importante função para o cenário das mudanças climáticas. Deste cenário, conceitos são reformulados e prioridades são definidas: Sustentabilidade, Governança, Soberania e Integração.

O momento político é de convergência de pressões Internacionais sobre os Estados Soberanos para controle e preservação dos recursos naturais desta sub-região que corresponde a cerca de 2/5 % da América do Sul, e que desempenha importante função para o cenário das mudanças climáticas. No trato da cooperação multilateral estas pressões podem converter-se em motivação positiva para promover o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia como estratégia de concepção de uma nova geopolítica interna, de governança por justiça social em longo prazo.

Este texto está estruturado em dois pontos: o primeiro reflete sobre o lócus da Amazônia na geopolítica Global dominante. A segunda hipótese indaga: Porque o TCA não é como deveria ser ?. Ressalva-se que o termo Amazônia é relativo ao complexo da Amazônia Continental, Pan Amazônia ou Grande Amazônia, englobando a heterogeneidade de 8 países.

1 - Significações da Amazônia na geopolítica internacional; construção da geopolítica interna e o cenário Amazônico.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia agsm11@yahoo.com.br

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

Inicialmente, uma breve explanação sobre os conceitos propostos no título. Pela definição da Comissão de Governança Global, o conceito denota caráter amplo: *“Governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais, os indivíduos e as instituições, públicas e ou privadas, administram recursos comuns (...) diz respeito não somente às instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, senão também aos interesses das pessoas e instituições”* (hierarquias, grupos de pressão internacional, ONG’s, ETN’s, movimentos sociais, etc.). Porém, ainda considerando a importância das redes sociais informais, o conceito do qual trata este texto está atrelado à busca pelo desenvolvimento sustentável regional. *“Governança é a maneira pela qual, o poder é exercido na administração de recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”*. (Banco Mundial, 1992).

Por outro lado, definir linhas sobre o significado de Sustentabilidade demanda maior aprofundamento, pois há vários sentidos adotados a partir de tendências político-filosóficas, visões de mundo e interesses de quem discursa. Isso tem a ver com a geopolítica coordenada no locus estudado, e assim restringiremos o tema. Explica Bertha Becker (2005): *“Geopolítica trata-se de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico”*, e hoje *“atua, sobretudo por meio do poder – pressões de todo o tipo - de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território”*.

Ela explica ainda que há duas lógicas de geopolítica no globo do qual a Amazônia é exemplo vivo: *“a primeira, efetivamente é aquela do nível de poder das potências centrais – do sistema financeiro, da informação; por outro lado, há uma tendência ao internacionalismo dos movimentos sociais. Todos os agentes sociais organizados, que, por sua vez, têm suas próprias territorialidades, acima e abaixo da escala do Estado, suas próprias geopolíticas, e tendem a se articular, configurando uma situação mundial bastante complexa.”* Que lhe faz levantar a hipótese de que trata-se do *“conflito de uma região em relação às demandas externas. Esses conflitos de interesse – endógeno x exógeno, assim como as ações deles decorrentes contribuem para manter imagens obsoletas sobre a região, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento”*.

De toda a tensão política sobre a questão da natureza emergem duas lógicas geopolíticas para a Amazônia: a primeira, Becker chama de civilizatória ou Cultural, relacionada à valorização da vida e da natureza. A segunda, ligada ao capital natural: a natureza é um recurso escasso, é reversa de valor para a realização de capital futuro. Na lógica da globalização prevaleceu a mercantilização da natureza, pela segunda hipótese. *“A Amazônia é indispensável à nova fase de acumulação do capital em curso nas Relações Internacionais nesse início de século XXI.”* (PROCOPIO Filho, 2005)

Alguns autores, porém, sugerem alternativas à prerrogativa dominante. É o caso de Henrique Leff, que propõe uma nova concepção de sistema baseada em uma *“Racionalidade Ambiental”*, ao invés da *“Racionalidade Econômica”* que orientou a

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

história social, considerando por pano de fundo a impossibilidade de a atual globalização “reabsorver” as externalidades que produz. Defende caminhos para a construção prática da Sustentabilidade como doutrina institucional, educacional, tecnológica, econômica, política e social, pela primazia harmônica entre natureza e democracia. A idéia de uma globalização alternativa também é defendida por Milton Santos que acredita na articulação e reação das esferas não dominantes, pela tomada de consciência da “globalização enquanto perversidade” e a partir desta vê indícios de mudanças.

Estas concepções tornam-se difíceis de ser alcançadas em sua magnitude, porque exigem prioritariamente da sociedade e das redes informais, a cobrança por mecanismos de Estado em pró desta Sustentabilidade, para tal é necessário amadurecimento político. Exige a construção de uma Governança positiva e concertada. Neste sentido só a cooperação supranacional possui capacidade para desarticular os grupos de pressão e conflitos internos e externos que contrariam este rumo.

Entre as teorias das Relações Internacionais, o paradigma da Interdependência Complexa atrela suas raízes políticas na realidade em construção do sistema internacional: globalização da economia; fragmentação dos territórios; fortalecimento dos sistemas regionais; Estado não onipresente, absoluto nem único ator, reconhecimento à relevância de atores diversos no cenário político internacional (ETN's, ONG's, redes sociais informais, etc.); assimila maior gama de interação de temáticas na agenda internacional: poder, hegemonia, segurança, cooperação, assimetrias, escassez, meio ambiente, etc.

Sob este prisma, o reconhecimento estratégico do território amazônico é evidente, apesar de historicamente secundarizado pelos países parte. Agrega oito países mais o território da Guiana Francesa; possui bacia hidrográfica estimada em 7,5 milhões de km² (BRAGA e. AL., 1999) e representa 40% da parte sul do continente. Com cerca de 24 milhões de habitantes, a população se configura em um verdadeiro mosaico, que mescla os antigos povos indígenas com grupos de migração antigos e recentes, de todos os continentes (EGG, 1996), sendo 370, os grupos indígenas (CDEA,1992).

A diversidade biológica de ecossistemas, espécies e germoplasma são a mais rica e complexa do globo, 30% de toda a fauna e flora do mundo estão na região. Rios de águas negras, brancas e cristalinas. Diversidade climática, que inclui áreas de trópico úmido até as frias e frígidas. Relevo que inclui vales e maciços montanhosos – andino, do Brasil e das Guianas. A Amazônia abriga paisagens que variam entre 6.000 m – nas nascentes andinas até o nível do mar, quando as águas deságuam no Brasil. Este panorama é vital para perceber que existem “várias ‘amazônias’, particulares e heterogêneas em si mesmas. Uma complexidade que deve ser lembrada ao tratá-la em sua unidade para fins de Cooperação e Sustentabilidade.

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

É importante ter em mente que a Amazônia é também vital na geopolítica mundial, em termos de reservas de recursos hidrográficos. No 3º Fórum Mundial sobre a Água, em 2003, a intervenção do Banco Mundial, contrária a massa representativa dos movimentos sociais, defendia a regularização de um mercado Internacional da Água. No encontro, o líder da revolta boliviana narrou a vitória da mobilização de 500.000 pessoas em Cochabamba, contra a instalação da Multinacional Bechtel com o mesmo fim, em 2000. Sobre o tema, a OTCA articula a execução de um programa de gestão de bacias hidrográficas, conhecido por GEF AMAZONAS. Ainda não trata, porém, da atribuição de marcos regulatórios que assegure à água, o valor de “bem comum” à população amazônica.

As dinâmicas de ocupação recente pelos Estados Nacionais e a lógica de apropriação por mercantilização da natureza, historicamente articuladas na América Latina sob a consideração de que os recursos naturais eram infinitos, produzem nova contextualização geral, apesar de algumas partes nacionais terem adotado outros moldes, que mantiveram mais preservados seus biomas, o caso da Guiana e Venezuela por exemplo.

a- *Concentração populacional em áreas urbanas*, com metrópoles com mais de dois milhões de habitantes;

b- *Organização social voltada para o transporte rodoviário*, ao invés de prioritariamente fluvial;

c- *Solubilidade relativa nas fronteiras*, construção de cidades-gêmeas. Ex: Tabatinga(BR), Letícia(CO) e Sta.Rosa.(PE). Destaque para a inovação do projeto MAP, iniciativa da sociedade civil para o Desenvolvimento local inter-fronterço – Madre de Dios(PE), Acre(BR) e Pando(BO)

d- *Falta de segurança nas linhas fronteiriças*, fortalecimento do crime organizado: narcotráfico e tráfico de armas e do contrabando (Biopirataria, eletrônicos,etc), presente em todos os países amazônicos, Com destaque para a produção na Colômbia, Bolívia e Peru, e Brasil, enquanto país receptor para difusão no mercado internacional ;

e- *Avanço do desmatamento* – 17% no bioma Brasileira- e da fronteira agro-pecuária; Elite descompromissada ambiental e socialmente.

f- *Instabilidades políticas internas e ou bilaterais*, mais recentemente com o estouro da onda separatista na Bolívia e algumas crises bilaterais diplomáticas, e antes, no século XX, conflitos bélicos – destaque para guerra Equador x Peru, por zonas de fronteira, sobre os quais o Tratado tampouco previa assistência, ou arbitragem para apaziguar os vizinhos.

g- *Crescimento demográfico desordenado*; produção de atores e interesses diversos, conflitos e violência no campo.

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

h- *Ameaças às necessidades básica essenciais*: segurança alimentar, saneamento básico, energia elétrica, saúde pública.

i- *Construção de um mosaico heterogêneo da composição social*, que produz internamente diferentes elites e interesses sobre os recursos. 420 etnias, 86 línguas e 650 dialetos (TCA)

J - *Aumento no número de áreas protegidas*; 42% no Brasil estão legalmente protegidas.

l- *Ausência Estatal*.. Incapacidade dos Estados Nacionais em fiscalizar as dinâmicas predatórias sociais e ambientais.

m- *Domínio de conhecimento científico dos recursos naturais por Transnacionais*.

Este quadro propõe um desafio que se inicia pela mudança no padrão de desenvolvimento para a Amazônia, de forma a substituir as políticas de ocupação do século XX por políticas de consolidação do Desenvolvimento. (BECKER, 2006). Em resumo, o reconhecimento da Gravidade da Crise Ambiental Mundial - ressaltam-se as manifestações oficiais pelo controle das “mudanças climáticas”- mundializa a questão do ambiente e exige do âmbito amazônico, prudência ecológica.

n- escassos incentivos e articulação política pelo intercambio ou integração comercial;

Seja pela agenda da sobrevivência do planeta, ou para manutenção de capital natural, o que se faz com a Amazônia está no centro de atenções. As articulações diplomáticas para garantir soberania sobre o território, também nos deve obrigar a pensar soberanamente sobre: que Desenvolvimento? Para consagrar uma governança que permita justiça social, eficiência e prudência ecológica, é necessário pensar em meios alternativos.

2 - A Amazônia a partir do TCA: porque não é o que deveria ser?

Depois de 15 meses de negociações para tomar sua forma final, o Pacto Amazônico foi firmado por oito repúblicas, em reunião do dia 03 de julho de 1978, em Brasília e entrou em vigor dois anos depois. Sua consolidação representava um marco de sucesso para a diplomacia na América do Sul, em meio ao fervor das discussões sobre a importância dos impactos ambientais na vida humana, pré-anunciando um estado de crise e que resulta no questionamento da soberania dos países amazônicos sobre o bioma.

Sua articulação refletia estrategicamente uma geopolítica defensiva e pragmática para articular as soberanias nacionais por meio de um marco legal multilateral. Motivado pela necessidade e vontade conjunta de expressar à Sociedade Internacional

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

“o pleno e incontestável direito soberano sobre o destino de suas amazônias nacionais”(Plan Estratégico, p. 11). Neste sentido então, a preservação se referia prioritariamente ao território.

O Pacto Amazônico firmou-se sob premissas audaciosas; representou a promessa de se tornar organismo norteador de um efetivo processo de desenvolvimento regional. Porém, com mais de 25 anos de vigência e mais quatro sob a forma de organização internacional, a governança que dele emerge é débil e ainda insuficiente para liderar uma gestão que concentre esforços em promover as necessárias mudanças estruturais que assegurem aos amazônidas: ‘Segurança Humana’ e a diminuição das assimetrias, tanto externas, quanto entre as nações membros. (PROCOPIO Filho, 2005)

Na década de 80, embora se tenha enfatizado a realização de reuniões técnicas com ênfase em produção científica e de tecnologia, o Tratado “esteve praticamente morto sem realizar atividades de relevância”, no sentido diplomático institucional. (ARAGÓN, 2001). Porém, o trabalho retoma novo impulso a partir de 06 de maio de 1989, data da reunião extraordinária dos Presidentes dos países signatários, ocorrida em Manaus, que resulta na “*Declaração da Amazônia*”, uma resposta não evidente ao texto da Cúpula de Haia, findada três meses antes, cujo conteúdo principal se valia da proposição de um novo modelo de gestão ambiental, garantido por atribuição de autoridade à ONU. Frente à gravidade do fato, as governanças amazônicas voltam à questão da Soberania Restrita reassumindo no texto, sua responsabilidade em resolver os problemas ambientais, soberanamente. (RIBEIRO, 2006). Em 1992, se vê um posicionamento conjunto dos países membros durante a ‘Rio-92’, via *Declaração de Manaus*.

O *modus operandi* do TCA por meio de Secretarias Pro – Tempore mostrou-se pouco eficiente. Entre 1978 e 2004, apenas 13,47% das 193 iniciativas apresentadas saíram do projeto piloto. Em 1995, foram criadas as condições para o avanço que poderia dinamizar a atuação do Pacto, conferindo-lhe executividade, esta transição se daria pela criação de uma Secretaria Permanente, aprovada por Protocolo de emenda somente três anos depois.

Esperou-se então, a ratificação de cada um dos membros, pelo cumprimento das normas constitucionais exigidas no Tratado. O último aval – da Colômbia – foi registrado em agosto de 2002. A partir do aceno positivo, a SP se instala provisoriamente no Itamaraty, no aguardo do chamado Acordo Sede, sobre o qual faltava a ratificação pelo poder legislativo brasileiro. Ao final de exaustivo procedimento que perdurou por praticamente 10 anos, a Organização entra em funcionamento “desprestigiada por exasperante demora” (PROCOPIO Filho, 2005)

De fato, a operacionalização do Tratado não mudou consideravelmente. Enquanto Organização, conforme verificado no Plano Estratégico (2004-2012), a OTCA hoje funciona como ponte entre: os Organismos ou Agencias de Cooperação e

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

ou Financiamento e, as Unidades Técnicas Regionais e Nacionais de execução de propostas, a maioria, de antigos projetos piloto do Tratado. Ainda articulado nas esferas nacionais a partir dos Ministérios de Relações Exteriores, onde há um departamento específico para o tema.

A 1º gestão da Secretaria foi entregue à Rosália Arteaga, equatoriana, deposta da presidência por golpe de Estado, assumiu a OTCA logo após o episódio. Sua gestão multiplicou o orçamento anual, que era de US\$ 1 milhão em 2004, para cerca de US\$ 33 milhões em 2007, um montante expressivo para 18 projetos em execução. Segundo dado oficial interno, 90% das quotas entre os Estados Membros foi paga em 2007, apesar de demonstrar relativo compromisso com a Organização, seu total é insuficiente para as necessidades amazônicas.

Todos os programas e projetos da OTCA, e antes, inclusive os gastos das secretarias pró-tempore transitaram com verba de Organismos Estrangeiros – cita-se: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional. Este dado é apresentado pela SP, como reflexo da conquista de fortalecimento institucional.

Sobretudo é reflexo evidente dos interesses dos países centrais pela questão. Argemiro Procópio Filho compreende este ‘pacto de dependência’, como resultado de incompetência das partes em gerir recursos próprios, cuja falta de autonomia das finanças internacionais impõe obstáculo à Organização para discutir programas de desenvolvimento estrutural, capaz de garantir a “diminuição das assimetrias internas e externas dos oito países”. Na Rio -92 ficou claro que somente os países ricos teriam condições de financiar o ideário do Desenvolvimento Sustentável, a barganha diplomática residiria na sobreposição de um programa soberano entre os oito países, ainda assim, garantido pela cooperação internacional.

Hoje, o cenário Amazônico multiplica problemas pela ausência histórica Estatal no âmbito doméstico, com políticas socioambientais de apropriação e degradação; e pela debilidade em coordenar prioridades conjuntas e urgentes no mecanismo do Tratado: “... sua hibernação promoveu distanciamento entre as premissas e a realidade vivenciada”, frente a isto, “o Plano Estratégico assemelha-se a uma carta de intenções, não apresenta diagnósticos precisos das questões ambientais e ausência de indicadores sócio-econômicos” (RAVENA, 2007).

O 1º Plano Estratégico (2004-2012) definiu como eixos temáticos: a- Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais Renováveis; b- Gestão de Conhecimento e Intercambio tecnológico; c- Integração e Competitividade Regional; d- Fortalecimento Institucional. Neste sentido, estão em fase de execução programas nas áreas de: Biodiversidade e Biocomércio; Gestão de bacias hidrográficas; Critérios de Manejo Florestal; e de fortalecimento da SP/OTCA.

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

Apesar de importantes, os programas em execução da OTCA funcionam como um “corpo sem cabeça”. Explica-se: tendem a produzir resultados difusos e pouco alcançáveis pela população, porque antes da atuação da Secretaria Permanente, os Estados Signatários não discutiram. Não reavaliaram o TCA, a fim de definir claramente horizontes políticos gerais, ou seja: Por quais estratégias os oito países soberanos irão produzir seu Desenvolvimento Sustentável ?

Esta ainda é uma incógnita, implícita em discursos de papel pouco pragmáticos. O 1º plano Estratégico não prioriza um programa que trabalhe o fator humano, a participação e a construção cidadã, que assegurem à população, transformações estruturais. Um ponto vital a considerar aqui é a Educação Ambiental - desde o ensino infantil - que por si diz o bastante. Neste momento, nada disso pode ser cobrado porque o TCA não foi preparado para tal, para influenciara a construção de estratégias de cunho nacional.

O plano também não tangencia outras questões estratégicas, como os temas de Segurança e Defesa, combate ao crime organizado – tráfico de drogas e armas; Aqui o assunto está restringido pela iniciativa bilateral Colômbia – EUA, por meio do Plano Colômbia, que criou um “unilateralismo” na questão de segurança, tratando-a a partir de ótica e interesses exógenos; se impondo sobre a OTCA, que nada prevê sobre o assunto e por sua vez, sobre o multilateralismo amazônico. Contudo, é possível que a situação neste ponto seja equacionada pelo recém criado “Conselho Sul-Americano de Defesa”.

É preciso lembrar que militarismo dos EUA esta presente em todos os países vizinhos ao Brasil e internamente, a globalização se faz atuante pela cooperação internacional e recentemente pela reativação da 4º frota norte-americana pelo lado Atlântico.

Ainda com os EUA, a assinatura de acordos separados, como o Tratado de Livre Comércio com a CAN, Suriname e Guiana, enfraquecem o já escasso, intercambio econômico amazônico. E se “atuar como sonolenta espectadora em todo esse processo, a OTCA deixa de contribuir para um sistema internacional menos assimétrico.” (PROCOPIO Filho, 2005).

Inclua-se também a necessidade de discutir mecanismos de controle sobre a presença de ONG's e outras faces da cooperação internacional e também de particulares estrangeiros que vem comprando terras na Amazônia. Sobre este assunto, porém, o Direito Internacional resguarda pouca operacionalidade, cabendo o tema ao direito doméstico e à constituição de cada nação. O tema energético é também complexo: sua capacidade para envolver as economias locais na lógica global e também entre si é tão contundente quanto às possibilidades de depredação social e ambiental, se não previstas e discutidas e normatizadas, sobre este ponto há conflitos de estratégias nacionais, daí a dificuldade de concerto.

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

Entre os desafios a ser superados, Aragón destaca:

- *superar lacunas graves no que se refere a conhecimento da região como um todo;*
- *discutir formas de difundir apropriadamente o saber e o saber-fazer local;*
- *descobrir alternativas adequadas para a melhoria da qualidade de vida, com pleno respeito à diversidade biológica e sócio-cultural, e sua justa inserção no mundo.*

Segundo observou o Ministro Rubens Ricúpero, o TCA seria regido por cinco princípios: “ a - competência exclusiva dos países da região no desenvolvimento e proteção da Amazônia; b - soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais; c - cooperação regional como meio de facilitar a realização dos dois objetivos anteriores; d - equilíbrio e harmonia entre a proteção ecológica e o desenvolvimento econômico; e - absoluta igualdade entre as partes” (COELHO, 1992).

O Tratado prevê e tenta -tangencialmente- equacionar, em sua forma a tensão: soberania nacional versus diretrizes internacionais de cooperação. Porém se sente a necessidade de avançar nos mecanismos normativos da Organização. É o que propõe a ex-secretária Rosália Ortega, ao destacar como pendência pós seu mandato, a reativação do Parlamento Amazônico, a fim de “equilibrar as legislações ambientais dos oito países membros, que pretende preservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável, entre outras metas”.

O tripé sobre o qual está articulada a OTCA inclui ainda duas instâncias de formação paralela: Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ, criada em 1987, com o objetivo pretensioso de articular o ensino superior na Amazônia, é um organismo fechado, que necessita rever sua atuação, deve trabalhar em conjunto com a Coordenação de Ciência, Tecnologia e Educação da OTCA. Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica – COICA, com ela, a OTCA mantém um memorandum de entendimento pela necessidade de criar critérios que assegurem os direitos indígenas.

A estratégia atribuída entre os princípios do Tratado permite que o desafio da Sustentabilidade se caracterize de forma prioritariamente dependente das políticas nacionais, que se traduz em problema, na medida em que estas se confundem com políticas de governo e com uma tradição política caracterizada, segundo explica Procópio Filho, por fragilidade das Instituições políticas e descrença da população no mesmo sistema, motivado por sua caracterização corrompida e eleitoreira, carente de “Capital Social”.

Outra prova da inoperância da cooperação multilateral sobre a Amazônia se deu em julho de 2007, mês em que o diretor executivo da OTCA, Dr. Francisco Ruiz Marmolejo começou a responder interinamente pelo cargo de Secretário Geral, por decisão extraordinária do Conselho de Ministros a fim de evitar forçosamente uma “acefalia institucional”, há mais de um ano sob tal situação.

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

O Complexo do território amazônico é também andino - do qual fazem parte: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, e Bolívia. É território caribenho, somado ao Suriname e a Guiana. E também do Cone- Sul, representado pelo Brasil. Cada um deles imerso em contextos próprios de integração. Cita-se respectivamente: Comunidade Andina de Nações, Comunidade do Caribe e Mercado Comum do Sul, com observações para a Venezuela, que barganha entrada no MERCOSUL, após saída da CAN em 2006, e para a Bolívia que já integra o último bloco como associada, também observação para o território da Guiana Francesa (território do bioma amazônico), com o qual o Brasil vem negociando com a França problemáticas de fronteira.

Recentemente com mais uma instância: a UNASUL, observa-se que não é por falta de iniciativas que a América Latina não se mostra integrada, mas sim, por falta de diálogo e coordenação entre elas, falta de definição clara de papeis e operacionalização sobre os problemas comuns. Toda esta desorientação enfraquece a OTCA no âmbito regional. Mas vale também a hipótese inversa: “A união dos países amazônicos pode fortalecer o MERCOSUL e a iniciativa integracionista da América do Sul. Enquanto isso, “o multilateralismo amazônico segue desorientado na crise sistêmica”. (PROCOPIO Filho, 2005).

É consenso entre os autores que “o pacto amazônico não conseguiu até hoje, suficiente poder de dissuasão para promover o Desenvolvimento de sua respectiva área amazônica, diante dos países ricos, quanto às suas ambições em relação à Amazônia. ” (RIBEIRO, 2006). Fica claro também concluir que isto depende fundamentalmente da “superação pelos países signatários de seus próprios conflitos internos” (ARAGÓN, 2002)

Fonte: OTCA



Séptimas Jornadas de Medio Oriente

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Uma Organização Internacional limitada ao papel de facilitador de captação de financiamento externo e encaminhamento de propostas e cooperação técnica para execução de programas não é o bastante para garantir-se governança diante da complexidade da questão amazônica.

Deste modo, se apresenta como um ator coadjuvante em um cenário dominado por ONG's, ETN's, processos ilegais de transnacionalidade, grupos de pressão diversos e missões religiosas, que tendem a produzir maior dinâmica social que o próprio Estado, que por sua vez tem sido omissor ou ineficaz em controlar as motivações destes interesses particulares.

Da forma que hoje se encontra, o organismo produz resultados difusos. Sua população não o conhece, portanto não o legitima, tampouco é convocada a participar do processo. As partes nacionais necessitam incorporar que o fabuloso patrimônio amazônico não representa só sobrevivência no mundo globalizado, mas sim, convertida na lógica da Sustentabilidade – social, econômica e ecológica- representam uma estratégia para o Desenvolvimento. A OTCA deve ser o foco em que converge a liderança para a criação de propostas concertadas em longo prazo. Para tanto, se vê necessário avanço nos eixos temáticos de discussão, citados ao longo do texto.

E também, avanço sobre a relativização da Soberania, ainda não incorporada para o âmbito amazônico. Os Organismos Internacionais sobrepõem-se ao sentido absoluto da soberania para exaltar aquela livremente autolimitada pelos países que decidem integrar acordos de cooperação internacional. (RIBEIRO, 2006). Sem força normativa, a OTCA não possui condições para concretizar-se como organismo articulador de políticas de Desenvolvimento Regional, tampouco força política para dialogar com os mecanismos de integração regional: MERCOSUL, CAN, CARICOM.

A comunidade acadêmica e científica tem produzido propostas frente à preocupação pelo Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, mas falta vontade política para concertar uma “ampla e profunda reformulação das bases jurídicas e filosóficas da OTCA” (PROCOPIO, Filho. 2005), com vontade política para sobrepor um projeto soberano diante dos interesses do mercado externo.

Entre propostas estão: o comércio justo, a diversificação produtiva no campo e articulação em cooperativas, o manejo florestal e a geração de serviços ambientais, o engajamento social e a articulação da educação ambiental no ensino regular, a integração geográfica intermodal, o intercâmbio comercial e produtivo, profissionalização do turismo, valorização e proteção do conhecimento e cultura das populações tradicionais, etc. Nírvea Ravena propõe um regime de desenvolvimento conformado a partir da geopolítica da Água; o recurso que unifica o território, e dá forma à complexidade natural do bioma Amazônico. Luis Aragón, 2002, ressalta três

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

iniciativas: O plano de Ação aprovado pelo TCA (1992), os resultados da Conferência Amazônia 21: Uma agenda para um mundo Sustentável, realizada conjuntamente pela Secretaria da Amazônia do Brasil e pela UNAMAZ, e os resultados da Conferência Latino-Americana para a Amazônia” – Fundação Memorial da América Latina.

É válido registrar o papel diferenciado que pode exercer o Brasil, neste cenário. Responsável por 72,6 % da bacia hidrográfica (Dominguez, 1987), ainda se atribui no imaginário internacional, que Amazônia seja sinônimo de Brasil. Um mito que reflete a dimensão territorial da porção relativa ao Brasil. Neste sentido e como país-sede do Organismo, a federação que passa por um novo fôlego institucional no que se refere a gestão da sua Amazônia, deve cumprir um papel de liderança na OTCA , convocando os membros a discutir o que lhe falta.

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

BIBLIOGRAFIA

- ARAGON, Luis. Há Futuro para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia? . O futuro da Amazônia, oportunidades e desafios no limiar do século XXI. . Coletânea. Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior. Republica Federal do Brasil. Disponível em:
www2.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/futAmazonia_02.pdf. Acesso em: 01/09/2008
- BECKER, Bertha: Dossiê Amazônia brasileira I.: Geopolítica da Amazônia. Revista Estudos Avançados - vol.19 no.53 São Paulo Jan./Apr. 2005. Disponível em:
www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005-68k2005EGG. Acesso em: 01/09/2008
- CARRERA de la Torre, Luis. Contribuciones para la identificación de una propuesta de trabajo para la OTCA, período 2003 – 2005. Brasília, agosto de 2003. p- 3.
- EGG, Antonio Brack. *MEDIO AMBIENTE, ECONOMIA Y VIALIDAD EN LA AMAZONIA PERUANA – Panorama General de la Cuenca Amazónica*. Disponível em:
http://archive.idrc.ca/library/document/101488/chap2_s.html Acesso em: 13/06/2008
- GONÇALVES, Alcindo. O Conceito de Governança. Disponível em:
www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf. Acesso em: 20/04/2008
- LEFF, Enrique. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Capítulos: 1, 3, 4, 5, 6, 9, 28, 29./5° ed. Editora Vozes, 2007
- MALAMUD, Carlos. El aumento de la conflictividad bilateral en América Latina: sus consecuencias dentro y fuera de la región. Disponível em:
<www.realinstitutoelcano.org/> Acesso em: 14 maio 2008
- MIYAMOTO, Shiguenoli: O Brasil, a América Latina e a Segurança Regional. Disponível em:
http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Shiguenoli%20Miyamoto.pdf
Acessado em: 20.09.2008
- MIYAMOTO, Shiguenoli. A Questão Ambiental e As Relações Internacionais. Revista de Informação Legislativa, Brasília , v. 28, n. 112, p. 107-132, 1991.
- PROCOPIO FILHO, Argemiro. A crise da Sustentabilidade. *En publicacion*: Alternativas à globalização: Potências Emergentes e os novos caminhos da modernidade. Argemiro Procopio. UNESCO, 2005. Disponível em:
bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp02.pdf Acesso em: 17/11/2007

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

PROCOPIO FILHO, Argemiro (org.). O multilateralismo Amazônico e as Fronteiras da Segurança. *En publicación*: Relações Internacionais: Os excluídos da Arca de Noé. Cap. 2 –, p.67 a 161. São Paulo: Hucitec, 2005.

RAVENA, Nirvea: A OTCA e a Governança das águas amazônicas: é possível uma integração? . XII Encontro Nacional da ANPUR – 21 a 25 de maio de 2007.
Disponível em: <<http://www.ufpa.br/xiienanpur/>> . Acesso em: 15/09/2008

OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações Internacionais: Interdependência e Sociedade Global. Cap. 1. Editora: UNIJUI. Ed.2003.

OLIVEIRA, CMG Jorge Alexandre Barcellos de. TCA como Instrumento de Segurança hemisférica e de desenvolvimento econômico-social da região Amazônica. Monografia.

PLANCHART, Emilio Figueiredo. Antecedentes, Proyección y futuro del Tratado de Cooperación Económica. Disponível em: <<http://www.otca.info/>> Acesso em: 03/03/2008

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo: A questão geopolítica da Amazônia: da Soberania Difusa à Soberania Restrita. p. 213 – 231, 241 – 270, 356 -359 Edição: UFPA /SEBRAE, 2006.

ROSENAU, James N. Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Ed. UNB. Ed. 2005.

ZAMUDIO, Hernando Bernal. Amazônia. Entre la Integración Regional y la Globalización. En: Revista Luna Azul. Rev. 2005-03-08 . Disponível em: http://lunazul.ucaldas.edu.co/index.php?option=com_content&task=view&id=79
Acesso em : 06/09/2008

_____ÁGUA: uma crise de Governança, diz relatório da ONU. Disponível em: <www.unesco.org.br/> Acesso em: 29 abril 2008

_____AMAZONIA em perigo. Correio Braziliense, Brasília, 27 de maio 2007.

_____TCA. Base Jurídica. Disponível em: <<http://www.otca.info/>> Acesso em: 01 março 2008

_____TCA. La Amazonía y los Esfuerzos del TCA. Disponível em <http://www.amazonia.bo/bibli/tca.pdf>. Acesso em: 29 março 2008.

IV Congreso de Relaciones Internacionales

La Plata, República Argentina, 26, 27 y 28 de noviembre de 2008

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

_____OTCA. Plan Estratégico 2004 – 2012. Disponível em:
<<http://www.otca.info/>> Acesso em: 12 março 2008

_____OTCA. Relatório de atividades secretaria Pro Tempore 1997-1998.
Disponível em: Acesso em: 05 abril 2008

_____OTCA. Relatório de atividades secretaria Pro Tempore 2000-2002.
Disponível em: Acesso em: 05 abril 2008